

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Abril/2017 (Dados de Fevereiro/2017)

Desempenho Fiscal



União registra déficit de R\$ 29,2 bilhões em fevereiro de 2017 e passa a ter déficit acumulado de R\$ 3,7 bilhões no ano. Diante do distanciamento do cenário fiscal traçado inicialmente na Lei Orçamentária Anual para 2017, evidenciado por forte queda na estimativa da receita primária líquida, o Poder Executivo divulgou medidas de ampliação da arrecadação e promoveu contingenciamento de despesas, a fim de realizar esforço fiscal total de cerca de R\$ 58,2 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO	DIFERENÇA (B)-(A)
	EM FEVEREIRO	ATÉ FEVEREIRO (A)	META DO ANO (B)	
Setor Público Consolidado	-23,5	13,2	-143,1	-156,3
União	-29,2	-3,7	-142,0	-138,3
Governo Central	-28,8	-2,5	-139,0	-136,5
Empresas Estatais Federais	-0,4	-1,2	-3,0	-1,8
Estados e Municípios	5,7	16,9	-1,1	-18,0

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados e Lei 13.408/2016 para a meta do ano.

O resultado primário da União em fevereiro de 2017 foi deficitário em R\$ 29,2 bilhões. No acumulado do ano, o déficit alcançou R\$ 3,7 bilhões, frente déficit de R\$ 6,4 bilhões no mesmo período de 2016.

Embora o resultado acumulado ainda esteja distante da meta para o exercício, as projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, apontam para déficit do Governo Central de R\$ 149,6 bilhões, superior à meta de déficit de R\$ 139,0 bilhões fixada na LDO para 2017.

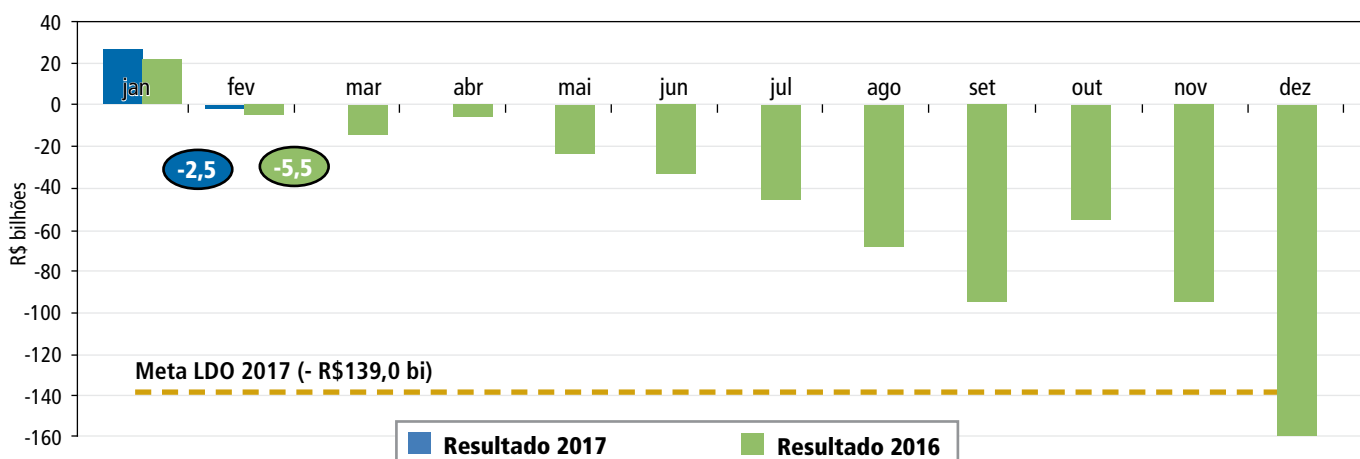
Cabe ressaltar que 2017 é o primeiro ano de vigência do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), que limita por 20 anos os gastos primários da União. Tal medida pode contribuir para o esforço de contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis.

Nesse contexto, conforme comentado em item específico da edição de março deste Monitor, a LOA autorizou despesas primárias sujeitas ao teto no montante de R\$ 1.306,5 bilhões, ao passo que o teto de gastos estabelecido em decorrência do novo regime fiscal é de R\$ 1.301,8 bilhões. O excesso de autorizações orçamentárias, portanto, perfaz o total de R\$ 4,7 bilhões, distribuídos entre os Poderes da União.

Para atendimento da emenda constitucional do novo regime, com amparo no § 7º do art. 107 do ADCT, o Poder Executivo absorveu integralmente o ajuste necessário, por meio da Portaria 17/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e cancelou despesas apenas no âmbito daquele Poder. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre do ano, em cumprimento ao § 2º do art. 4º da LOA 2017, o Poder Executivo ratificou os valores e limites individualizados do ajuste para pagamento de despesas primárias.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



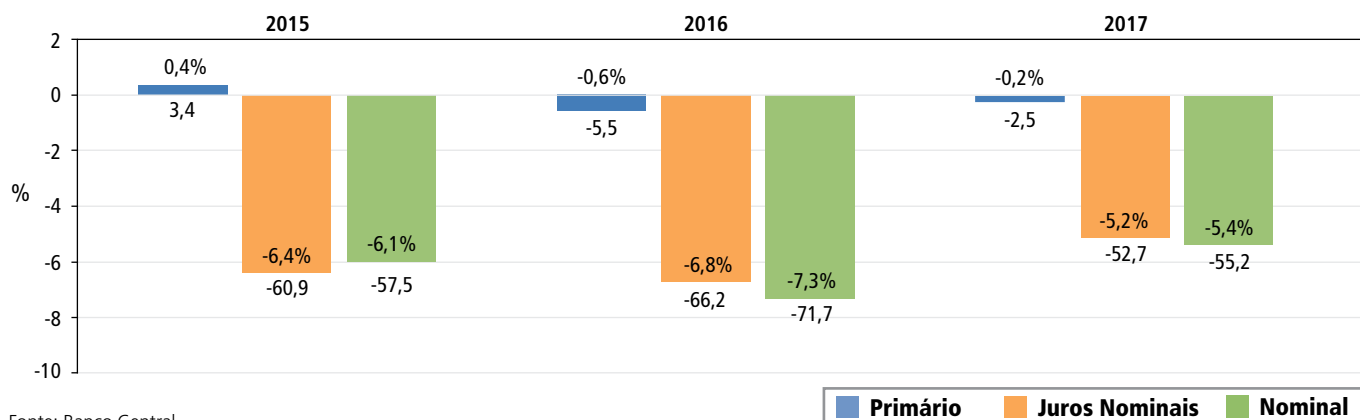
Fonte: Banco Central

Em fevereiro de 2017, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais – apresentou déficit primário de R\$ 28,8 bilhões, frente aos R\$ 26,4 bilhões no mesmo mês de 2016. No ano,

o governo central acumulou resultado primário deficitário de R\$ 2,5 bilhões (-0,2% do PIB), o que representa uma melhora em relação ao déficit de R\$ 5,5 bilhões (-0,6% do PIB) em 2016.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Fev (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

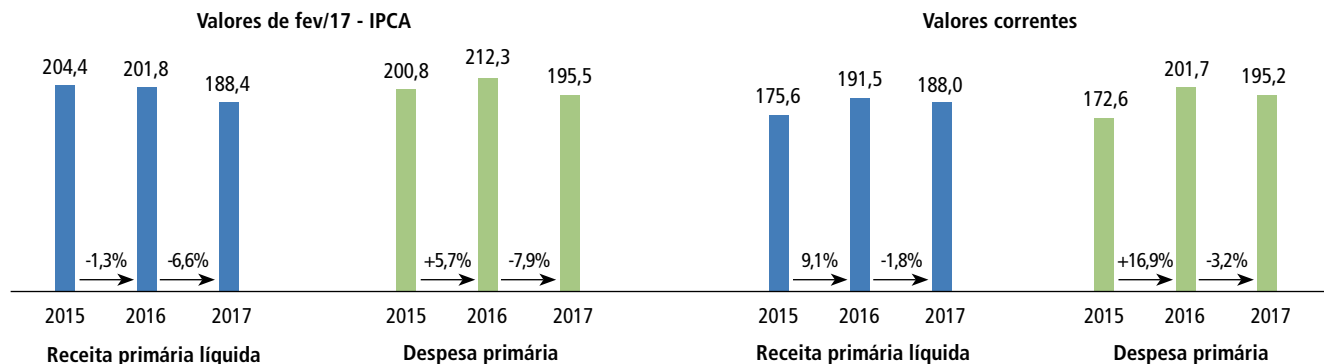
O resultado nominal do governo central até fevereiro de 2017 foi deficitário em R\$ 55,2 bilhões (-5,4% do PIB). Em 2016, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 71,7 bilhões (-7,3% do PIB).

Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$ 52,7 bilhões no período, comparativamente a R\$ 66,2 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a mais recente de 13,0% para 12,25% a.a., as despesas com juros devem permanecer elevadas ao longo do ano, tendo em vista a persistência de déficits fiscais e o consequente crescimento do estoque da dívida, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Fev (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 6,6% no primeiro bimestre de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve redução real de 7,9%, o que evidencia o esforço para ajustar as contas públicas.

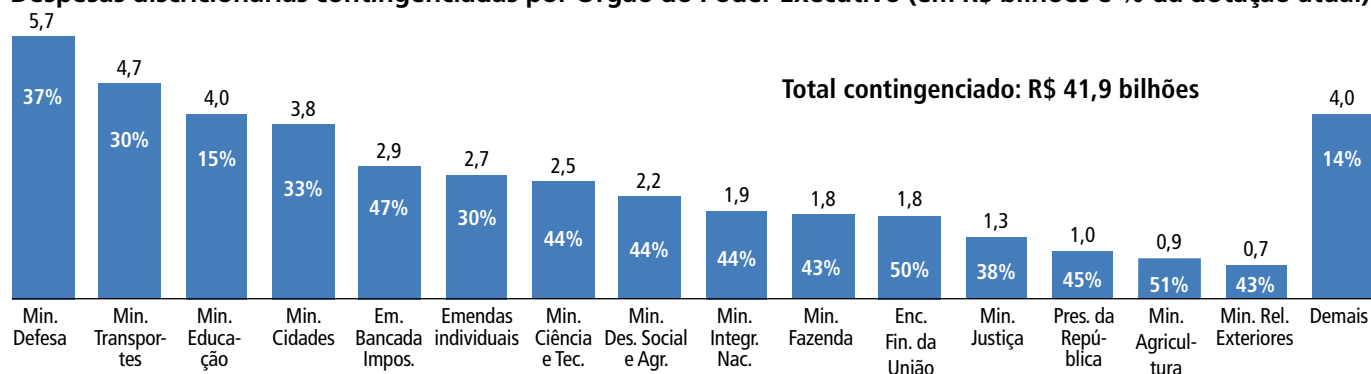
A queda de receita deveu-se principalmente à redução real de R\$ 10,3 bilhões (-31,3%) nas receitas não administradas pela RFB e de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação líquida para

o RGPS (-4,5%). Por outro lado, as receitas administradas pela RFB tiveram aumento real de R\$ 1,7 bilhão (1,1%).

Pelo lado da despesa, a queda real de 7,9% é explicada principalmente por diminuições em subsídios, subvenções e Pro-agro em R\$ 4,0 bilhões (-30,4%); da compensação ao RGPS pela desoneração da folha em R\$ 2,0 bilhões (-49,5%); do abono e seguro desemprego em R\$ 2,6 bilhões (-19,0%) e das despesas discricionárias totais em R\$ 14,6 bilhões (-32,4%). Em contrapartida, registrou-se elevação dos benefícios previdenciários em R\$ 4,7 bilhões (6,0%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão do Poder Executivo (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 9.018, de 30/3/2017, e Siga Brasil. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais (30%) foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 (R\$ 9,0 bilhões).

Em face da redução de R\$ 54,8 bilhões na estimativa da receita primária líquida e da previsão de incremento de R\$ 3,4 bilhões nas despesas obrigatórias inicialmente fixadas na LOA 2017, verificou-se a necessidade de esforço fiscal adicional de R\$ 58,2 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2017 do Poder Executivo.

Em vez de utilizar apenas o instrumento do contingenciamento para cumprir o esforço fiscal necessário, o Po-

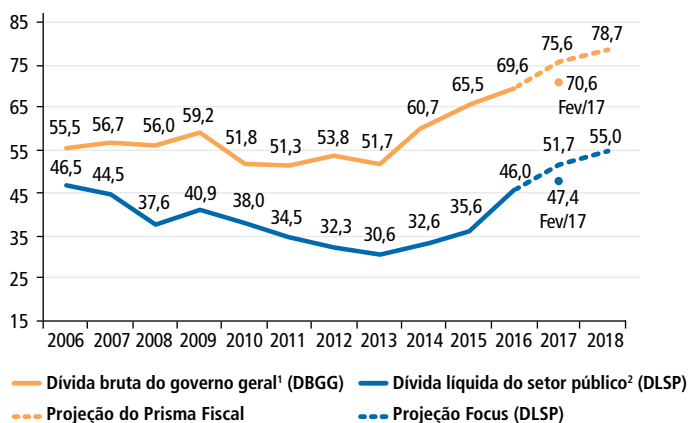
der Executivo anunciou que contaria com ampliações de R\$ 10,1 bilhões advindos da receita da concessão de três usinas hidrelétricas, que atualmente são da Companhia Energética de Minas Gerais S.A.; R\$ 4,8 bilhões oriundos da majoração da arrecadação decorrente do fim da desoneração da folha de salários de empresas que pagam contribuições previdenciárias; e R\$ 1,2 bilhão decorrente da extinção da isenção de cobrança do IOF para o setor de cooperativas de crédito. Tais medidas representam 29,4% do esforço fiscal necessário.

Em complementação, o Poder Executivo editou o Decreto 9.018, de 30/3/2017, por meio do qual contingenciou cerca de R\$ 41,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de fevereiro, conforme detalhamento do gráfico, valor equivalente a 28,9% das suas despesas discricionárias.

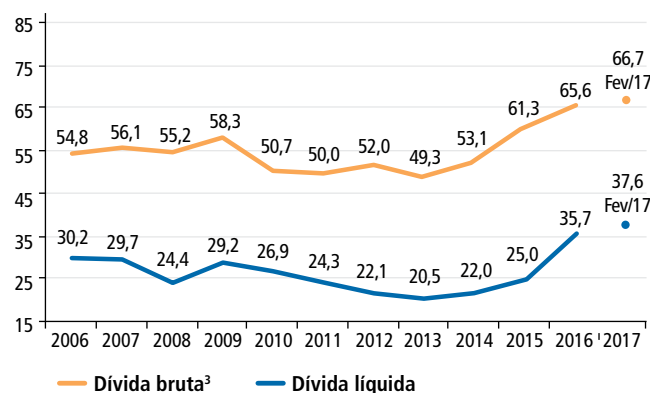
Diante desse cenário de deterioração fiscal, observa-se que, apesar da existência do teto para as despesas primárias comentado no item A, conformar tais gastos à meta de resultado definida na LDO 2017 constitui o principal desafio neste exercício.

E. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a fev/2017



Governo Federal - 2006 a fev/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 24/03/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal. 4. Para o ano de 2017, os pontos representam a medição do mês.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) apresentou acréscimo de 0,6 p.p. em relação ao fim de janeiro de 2017. Em fevereiro de 2017, a DBGG atingiu 70,6% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). A DBGG é composta principalmente pela dívida mobiliária do Tesouro Nacional (títulos públicos), que correspondeu a 47,1% do PIB (R\$ 3,0 trilhões) em fevereiro, e pelas operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,6% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). Quanto à dívida mobiliária federal interna, esta totalizou R\$ 3,0 trilhões (47,9% do PIB) em fevereiro, registrando acréscimo de R\$ 82,2 bilhões em relação ao mês anterior. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 57,1 bilhões, decréscimo de R\$ 0,1 bilhão em razão da apreciação cambial, e incorporação de juros de R\$ 25,2 bilhões.

A trajetória de alta do endividamento público persiste mês a mês em razão dos sucessivos resultados primários deficitários e da relevância do impacto dos juros no resultado nominal. A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal deste mês, deve alcançar 75,6% do PIB ao final deste ano e 78,7% do PIB em

2018. Essas projeções, porém, são ligeiramente inferiores às do mês passado.

A DLSP alcançou R\$ 3,0 trilhões (47,4% do PIB) em fevereiro, um acréscimo de 0,8 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Esse aumento foi influenciado principalmente pelos juros nominais apropriados e pelo déficit primário no mês. No ano, a elevação de 1,2 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 1,1 p.p.), da valorização cambial de 4,9% no mês (aumento de 0,8 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.), do superávit primário (redução de 0,2 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,9 p.p. em fevereiro de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 66,7% do PIB (R\$ 4,1 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 1,0 p.p. no período e chegou a 37,6% do PIB (R\$ 2,4 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodrigues, Flávio Luz, Ingo Luger, Júlia Rodrigues, Marcel Pereira, Maria Emília Pureza, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal